



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005175-21.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **LUZIA GUARATINI ALTEIA**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de **Ação de Indenização por Danos Morais**, proposta por **LUZIA GUARATINI ALTEIA**, contra a **Fazenda Pública do Município de Carlos**, sob o fundamento de que é portadora de tumor na mama, tendo solicitado à requerida o fornecimento do medicamento "Xarelto", que lhe foi negado, sendo preciso adquiri-lo com o dinheiro da aposentadoria de seu marido. Argumenta que não tem condições de custear o medicamento e vem passando por constrangimentos e humilhações.

A requerida apresentou contestação (fls. 24), alegando que a negativa administrativa foi do Estado, não sendo, portanto, parte legítima para figurar no polo passivo; que é atribuição do Estado o fornecimento de medicamento de alto custo, como é o caso, mas, mesmo assim o vem fornecendo em atendimento a uma liminar concedida em mandado de segurança impetrado pela autora; que o medicamento lhe foi negado pelo Estado pois há outros à sua disposição com a mesma eficácia; que sempre que necessitou recebeu assistência e que não há provas de que não tenha condições financeiras de adquirir a medicação.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A preliminar de ilegitimidade se confunde com o mérito.

O pedido não comporta acolhimento.

A moléstia de que padece a autora já é suficiente para gerar sofrimento a ela e seus familiares.

Pelo que consta dos autos o pedido administrativo foi formulado por escrito, ao Estado, que o negou pelo fato de haver outras alternativas terapêuticas à sua disposição, fornecidas pelo SUS.

Por outro lado, o marido da autora, segundo narrado, adquiriu o medicamento, embora com sacrifício, pois é aposentado, e ele passou a ser fornecido pelo Município, conforme documento de fls. 74, logo após a concessão da liminar no mandado de segurança impetrado.

Ademais, há vasta documentação comprovando que o Município faz o atendimento à autora de longa data.

Assim, não se verifica atitude omissiva da requerida que pudesse ter gerado dano



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

moral à autora ou piorado o seu estado de saúde, não sendo devida nenhuma indenização.

Nesse sentido é a jurisprudência.

APELAÇÃO CÍVEL. Indenização por danos morais e psicológicos. Autora portadora de úlceras varicosas. Atraso no fornecimento de medicamentos. Muito embora tenha havido o atraso, o conjunto probatório não demonstrou o nexo de causalidade existente entre a desídia do requerido e o agravamento do quadro clínico da autora. Sentença de improcedência do pedido mantida. Negado provimento ao recurso. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 4001695-42.2013.8.26.0073 - São Paulo, 2 de julho de 2014 – Relator: Oswaldo Luiz Palu).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido.

Condeno a autora a arcar com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais), observando-se, contudo, o disposto na Lei 1.060/50, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

P R I

São Carlos, 02 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**